

Partido dos Trabalhadores debate seus rumos

PT em disputa. Renovação das direções é momento para ampla reflexão sobre o partido.



Karol Kalief

História e perspectiva. A DS e a luta pelo PT como partido socialista e democrático; na foto, Raul Pont discursa na Conferência Nacional.

Enraizando-se. Na pauta, mudanças na política econômica e Campanha contra a ALCA.

CMS quer mais organização nos estados

Em busca de capilaridade, a Coordenação de Movimentos Sociais tem buscado fortalecer a união dos movimentos sociais nos diferentes estados brasileiros. A luta por mudanças na política econômica passa por uma agenda de mobilizações que inclui a Marcha da Via Campesina a Brasília. A Campanha contra a ALCA é também uma das principais pautas, impulsionada pelo cenário de enfrentamento ao neoliberalismo aberto no último período na América Latina.



Ed Ferreira/Agência Estado

Até o final do ano, quando se realiza o XIII Encontro Nacional, passando pelas eleições para a direção em setembro, decorrerá um tempo decisivo para a definição dos rumos do PT. Neste período, nosso jornal estará voltado para esse debate. Nesta edição, trazemos uma entrevista com Raul Pont, candidato a presidente nacional do partido, e uma contribuição sobre a dimensão internacionalista no debate partidário. Além disso, como foi amplamente divulgado pela imprensa, o chamado campo majoritário iniciou também sua elaboração de tese com um documento preliminar. Face a ele, discutimos criticamente a relação entre partido e governo bem como a perspectiva mais geral que propõe.

Páginas 3 a 6

Entrevista. Chico Louçã fala sobre a atual agenda política em Portugal e na Europa.

"A Constituição Europeia tem um enorme déficit democrático"

O crescimento da esquerda em Portugal ficou evidente depois das eleições ocorridas em fevereiro. O Bloco de Esquerda, que tinha 3 cadeiras, passou a 8, e ficou em terceiro lugar nas principais cidades. Líder do Blo-

co, Chico Louçã esteve no Brasil e, nessa entrevista, analisa a situação política de Portugal, mostrando a diferenciação do Bloco em relação ao Partido Socialista. Louçã fala também da luta contra a Constituição Euro-

péia, que consolida políticas liberais. "A Constituição ficará numa situação muito difícil se a França ou outro grande país rejeitar o tratado", afirmou.

Página 8



Karol Kalief

A atualidade da história do Em Tempo, 27 anos depois

Página 7

Povos unidos contra o neoliberalismo

Linha de frente. CMS planeja organização e calendários de luta.

Os últimos meses reforçaram a organização da luta dos movimentos sociais brasileiros, tanto nacionalmente quanto em sua atuação internacional. A definição de estratégias começou na plenária da Coordenação de Movimentos Sociais (CMS), em abril, e teve seqüência com o IV Encontro Hemisférico de Luta contra a ALCA, no final do mês passado.

O cenário aberto na América Latina de possibilidade de superação do neoliberalismo, diante dos processos desencadeados em diversos países, são significativos do crescimento da consciência anti-imperialista. Fatos distintos, como a vitória eleitoral no Uruguai, as mobilizações populares do Equador e da Nicarágua e a consolidação do processo da Revolução Bolivariana na Venezuela, demonstram a saída de um período de defensiva e apontam a possibilidade concreta de recomposição da esquerda nos movimentos sociais no Brasil.

Uma convergência central unifica os principais movimentos sociais brasileiros: alterar a conjuntura de continuidade da política econômica do governo Lula, que afeta, fundamentalmente, o povo trabalhador. Na CMS, entidades como a CUT, MST, Marcha Mundial das Mulheres, UNE, CMP dentre outras, se unem em torno da tarefa militante de intensificar as lutas sociais.

Além disso, aumentou o nível de convergência dos movimentos que compõem a CMS sobre a política econômica, seja pela bandeira comum entre MST e MMM pela valorização do salário mínimo, seja pela crítica mais dura da CUT à proposta de autonomia do Banco Central, seja pela luta da UNE e demais entidades da educação contra a mercantilização da Educação. A palavra de ordem do MTD "Queremos comer o superávit primário" pode ilustrar essa convergência.

Tarefas e calendário

Assim ocorreu com a grande manifestação do 8 de março, nos atos contra a guerra no dia 19 do mesmo mês e agora com a marcha da Via Campesina a Brasília. Em julho será a vez da Marcha Pela Reforma Urbana, organizada pela CMP, MTD, CONAM e demais movimentos de luta por moradia. Em novembro, o movi-



Em marcha. Militantes do MST saem de Anápolis, no sexto dia de caminhada rumo à Brasília.

mento GLBT marchará à Brasília pelos direitos civis homossexuais e o movimento negro, no mesmo mês, organizará uma grande Marcha Zumbi +10.

Para alcançar uma capacidade de convocação para as lutas de massa, a CMS precisa ir além das organizações nacionais já comprometidas com esta construção. Seguindo esta preocupação, foi lançado um chamado de organização para o necessário enraizamento da unificação dos movimentos nos estados e regiões. As orientações para construir estes espaços de maneira democrática, pluralista e fundamentalmente militante, estão expostas a seguir, segundo definido pela plenária nacional:

1) a construção da CMS estadual deve respeitar os princípios acordados nacionalmente: ser um espaço plural, de consensos, sem disputas políticas ou hegemônismos;

2) deve-se convocar todos os movimentos sociais que atuam no estado, respeitando o caráter deste espaço, e excetuando a representação de partidos e ONG's;

3) existe uma recomendação de reuniões permanentes, que sejam realizadas sempre no mesmo local. A princípio as CUTs estaduais estão oferecendo suas sedes;

4) a recomendação é de reuniões mensais, na primeira semana de cada mês, para que facilite a articulação da comissão

nacional (que se reúne na última sexta-feira de cada mês);

5) outra recomendação é que em cada comissão estadual, seja definida uma pessoa para a secretaria executiva, responsável pelos contatos e anotações das reuniões;

6) nos estados, se multiplicam os movimentos sociais de abrangência local. Estes devem ser convocados, pois geralmente ficam de fora das campanhas nacionais por não estarem vinculados a algum movimento nacional.

A tarefa central da CMS é organizar ações de massa em torno das campanhas da Coordenação de Luta contra a ALCA, mobilizando as bases militantes. No momento atual, a iniciativa central tem sido a coleta de assinaturas para o abaixo assinado pela aprovação do projeto de lei que regulamenta o direito do povo de exercitar o plebiscito popular, os referendos e as consultas populares. Para o segundo semestre, está sendo convocado um grande ato em Brasília para o 22 de setembro, logo após a Assembléia Nacional da Campanha contra a ALCA.

ALCA X ALBA

Representantes brasileiros da campanha, aliás, participaram do IV Encontro Hemisférico de Luta contra a ALCA, realizado em Cuba. O encontro aconteceu no mesmo período da reunião entre os governos de Cuba e Venezuela, que lançou a ALBA – Alternativa Bolivariana para as

Américas. A oposição que já se explicita no nome não é à toa; o embate dos Estados Unidos aos dois países é claro. Na visita de Condoleeza Rice ao Brasil, ela fez questão de mencionar criticamente a Venezuela. Na reunião da Comissão de Direitos Humanos da ONU, foi aprovada a moção contra Cuba apresentada pelos norte-americanos, com a abstenção do governo brasileiro.

A ALCA encontra-se num impasse, que se estabeleceu a partir da dificuldade dos países em negociar sob fortes pressões populares. Declarações na imprensa evidenciam que não há acordo nem para o calendário de negociações, mesmo entre Brasil e Estados Unidos, os dois países que coordenam o processo.

A estratégia dos Estados Unidos tem sido investir nos acordos subregionais e bi-laterais. A última proposta apresentada por eles foi a de uma Cúpula presidencial, sobre "governabilidade democrática, combate à pobreza e geração de emprego" a ser realizada na Argentina, em novembro.

Como contraponto, a Campanha Continental contra a ALCA promoverá, também na Argentina, na cidade de Mar del Plata, a Cúpula dos Povos. Antes disso, nos meses de maio e junho, a campanha contra a ALCA realizará uma série de assembleias municipais, a fim de discutir o tema do Livre Comércio.

Pé na estrada

A Marcha do MST, que deixou em Goiânia em 2 de maio e chega a Brasília no dia 17, tem como alvo claro a política econômica do governo. O movimento reconhece na mão de ferro da equipe econômica o maior empecilho à ampliação da reforma agrária no país. O Ministério do Desenvolvimento Agrário, responsável pelo processo, teve suas verbas cortadas em 55% no início do ano. No mês de abril, conseguiu-se reverter uma pequena parte do corte, mas as metas continuam ameaçadas caso não haja a liberação das verbas. Entre as reivindicações dos sem-terra estão também baixar as taxas de juros, reverter a aplicação do que é arrecadado como superávit primário para políticas sociais, dobrar o valor real do salário mínimo, impedir a autonomia do Banco Central e a não assinatura do acordo da ALCA.

Feitiço contra o feiticeiro

O ministro Nelson Jobim, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), declarou que a decisão do STF de garantir status de ministro ao presidente do Banco Central faz com que a proposta de autonomia do Banco se torne claramente inconstitucional. Isso porque a Constituição estabelece que a competência de nomear e exonerar ministros é do presidente da República. Se o presidente tem essa prerrogativa, não é possível conceder um mandato fixo ao presidente do Banco Central, agora reconhecida com status de ministro. O imbróglcio certamente não estava nos planos da equipe econômica.

Democracia Socialista

Democracia Socialista é o jornal da Democracia Socialista, Tendência do Partido dos Trabalhadores, publicação do Instituto de Comunicação, Estudos e Formação Isaac Akcelrud

Equipe editorial:

Nalu Faria, Caio Galvão, Carlos Henrique Árabe, Juarez Guimarães, Lúcio Costa, Robinson Almeida e Waldemir Catanho

Editor:

Carlos Henrique Árabe

Editor assistente:

João Brant

Projeto gráfico e diagramação:

Caco Bisol

Jornalista Responsável:

João Brant – Mtb 33.748 DRT/SP

Internet:

Marcelo Fragozo

Fechamento: 11 de maio de 2005

Assinaturas

Receba todo mês o seu **Democracia Socialista** em casa, e aproveite para contribuir com a tendência. Preencha a ficha abaixo e envie junto com cheque nominal para ICEF - IA.

Rua Albuquerque Lins, 635 cj. 91

Sta. Cecília - São Paulo/SP

CEP 01230-001

Fone (11) 3667-3476

Fax (11) 3666-5550

contato@democraciasocialista.org.br

Visite a página da DS

www.democraciasocialista.org.br

JORNAL DEMOCRACIA SOCIALISTA MINHA OPÇÃO DE ASSINATURA É: APOIO: 50,00 NORMAL: 30,00

NOME:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CEP:

CIDADE:

UF:

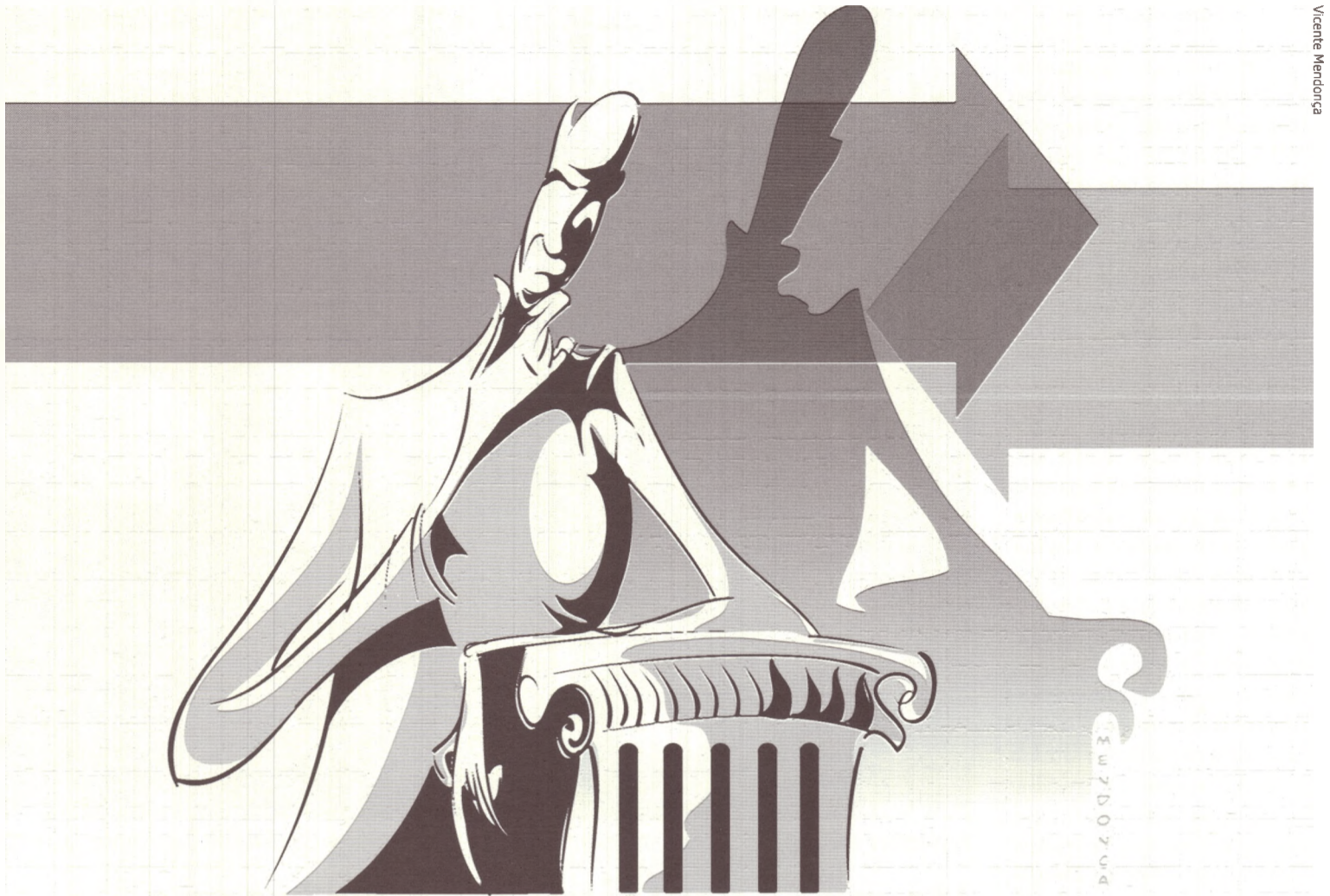
FONE:

E-MAIL:

Partido no governo ou Governo no partido

Inversão. Para o campo majoritário, o partido deve assimilar o programa do governo.

Depois de noticiado pela chamada grande imprensa, o documento preliminar do Campo Majoritário é uma referência para o debate na renovação das direções do PT. A alusão é obrigatória porque se trata da maior corrente partidária, e também porque o que tenta elaborar vai contra toda a tradição petista. 25 anos de elaboração partidária são contrapostos a 3 anos de governo. Para efeito de análise, o texto pode ser decomposto em duas partes: a de concepções mais gerais e a que refere ao seu núcleo interpretativo da experiência de governo. Os artigos desta página e da seguinte tratam desses temas.



Vicente Mendonça

1. A pretensão do texto apresentado pelo campo majoritário é grande: redefinir o programa partidário à luz da experiência de três anos de governo federal. A base para essa redefinição, no entanto, é pequena. Por pelo menos três razões: a experiência de governo não está concluída; o documento tenta superar a contradição entre programa do partido e ação do governo pelo simples arquivamento do primeiro e a tentativa de dar um caráter "programático" ao segundo; o balanço do governo é muito parcial e "à direita" do próprio governo, com graves omissões da ação governamental, justamente as que se relacionam com o programa do PT, como a reforma agrária e, em geral, assumindo o que parece ser o ponto de vista formulado a partir da ótica do Ministério da Fazenda para as várias questões de governo.

2. Ao procurar refletir sobre a experiência do governo Lula, o texto deixa claro que não pretende uma atualização programática, isto é, refletir sobre a prática de governo atual tomando como base a elaboração programática realizada pelo PT no seu conjunto, ou mesmo aquela que se voltou mais especificamente para a hipótese de alcançar a Presidência da República – vale dizer, as plataformas de 1994 e 2001. Na verdade, o texto abandona três das formulações mais clássicas do PT: primeira, a própria idéia de *programa de partido*, passando

a vigorar a idéia de *programa de governo*; segunda, por decorrência, a perspectiva de *transformação* do país (em direção ao socialismo presente nas duas plataformas citadas e muito mais claro ainda no conjunto dos encontros partidários, especialmente no V, VI e VII ENs); terceira, também em consequência das anteriores, a diferença entre *governo e poder*.

3. Depois de transformar o programa histórico do PT em "valores" abstratos, espécie de "quadro na parede" – como a Itabira de Drummond –, o texto fala do mundo e do Brasil sob uma ótica geral de *modernização*. A perda do sentido geral de programa partidário, da perspectiva de transformação e da distinção entre governo e poder – vale dizer, do socialismo – faz com que adote a perspectiva modernizadora – e isso tem um significado enorme tanto nas ciências sociais como na política de esquerda. Quer dizer, hoje, tomar como padrão civilizatório e horizonte o capitalismo desenvolvido nos chamados países centrais. Desaparecem, portanto, a crítica à globalização capitalista e às instituições de poder dessa globalização. A aspiração proposta para o Brasil parece ser a de tornar-se um *sócio menor* desse processo de hierarquização do mundo sob os centros de poder do imperialismo e sob os interesses do capital. A OMC é vista, por exemplo, como local privilegiado de disputa e de conquista de posições. A Alca

passa a ser vista como oportunidade de negócios, e por aí vai. O texto está à direita da política internacional levada pelo Itamaraty.

4. A perda do programa histórico do PT leva também à perda de referências históricas, da América Latina e do Brasil. Aliás, é muito sugestivo que o tema da América Latina passe tão longe dos olhos dos autores do texto. Os processos abertos na América Latina, sobretudo na Venezuela, Uruguai, Argentina e tantos outros, de tentativas de abrir caminho para superação de mais de uma década de neoliberalismo, que em conjunto com o processo brasileiro, são hoje referências obrigatórias para uma política internacional, simplesmente não são tratados.

De forma complementar, o desenvolvimentismo como programa e como experiência histórica é colocado na condição de "desvio" simétrico ao neoliberalismo, quer dizer, ambos devem ser rejeitados. Essa forma de colocar a questão tem um sentido ideológico: ao colocar no mesmo plano os dois "desvios", o texto tenta formular uma espécie de terceira via tropical, buscando absorver o que julga ser os aspectos positivos de um e de outro. Termina por render homenagens ao mercado e por sugerir ao Estado um papel corretivo de suas "falhas".

Aqui mais uma falha (não do mercado, mas do texto). Há nele uma boa referência ao papel da sociedade diante dos

processos de mudanças sociais: "A democracia, as reformas e as mudanças só avançam quando contam com a luta e o ativismo social da sociedade civil". No entanto, não há qualquer menção em governar com a mobilização social. Pelo contrário, há uma explícita exaltação do parlamento: "*valorização do Congresso Nacional como fonte maior da representação popular*". Apesar de falar da importância da democracia e até de ativismo social como motor das mudanças, nenhuma linha é dedicada à democracia participativa, seja como parte fundamental de uma reforma política, seja como ação de governo para abrir espaços nessa direção. O texto fala de um republicanismo sem povo.

5. Há uma total ausência de afirmação programática ou de colocar o partido como defensor de seu programa – historicamente construído – diante de um governo de alianças. No governo, o programa do partido desaparece sob um único programa de alianças. "*O sentido das alianças e coligações do PT deve orientar-se para a constituição de um bloco programático de forças democráticas e populares, da esquerda ao centro, com vistas a construir projetos comuns.*"

O mínimo que se poderia esperar desta formulação é que o partido tivesse um programa mínimo para alianças e que se preservassem concepções básicas delas. A diluição programática fica mais evidente quando a orientação para a formação de alianças é reduzi-

da a que "o PT deve levar em conta critérios para formalizar alianças considerando o compromisso democrático e a conduta ética dos atores envolvidos".

6. Por fim, o balanço do governo deveria passar, ele próprio, por um balanço detido. Duas questões ao menos devem ser assinaladas. Primeira, a de ser um balanço aquém da ação governamental, pelas flagrantes omissões das reformas de caráter popular em andamento: reforma agrária, reforma universitária, reforma urbana, etc. E não é porque o texto busca uma abordagem mais geral; em algumas situações chega a ser detalhista (por exemplo, quando se mete a definir os currículos educacionais para o século XXI).

Segunda: a avaliação bastante crítica feita pelo texto do significado da economia da era FHC é seguida de uma formulação de política econômica que continua em muitos aspectos a que foi praticada no segundo governo de FHC. Essa é uma contradição importante. Um olhar mais detido poderia apontar outros aspectos deste balanço parcial, aquém do que faz o governo e, mais uma vez, à direita do próprio governo.

Para os consideram a vitória de Lula em 2002 a abertura de um período de possibilidade de colocar a questão da superação do neoliberalismo, a tarefa de criticar, apontar contradições, limites e retrocessos ao texto preliminar do "campo majoritário" é parte dessa luta.

O culto à estabilidade

Dogmas. Documento preliminar do campo majoritário reforça concepção monetarista

Sérgio Kapron

O documento do campo majoritário usa duas palavras como pilares de sua argumentação. A "estabilidade" da economia em geral, percebida pela inflação em particular, e o "equilíbrio fiscal" são, para o documento, o centro de toda ação do partido e do governo, subordinando todas as demais ações e opções estratégicas.

O propósito do documento é estruturado em torno de algumas idéias centrais, que aparecem em diversas passagens do texto: "compreensão de que uma economia estável, sólida e dinâmica é condição essencial"; "para o PT, a busca do equilíbrio fiscal e de um crescimento sustentado, com recuperação do emprego e distribuição de renda, objetivos centrais do programa do partido, não são incompatíveis" e ainda "o significado maior da bem-sucedida recuperação econômica empreendida pelo Governo Lula foi viabilizar a construção de um novo alicerce assentado em preços estáveis, equilíbrio fiscal e contas externas positivas."

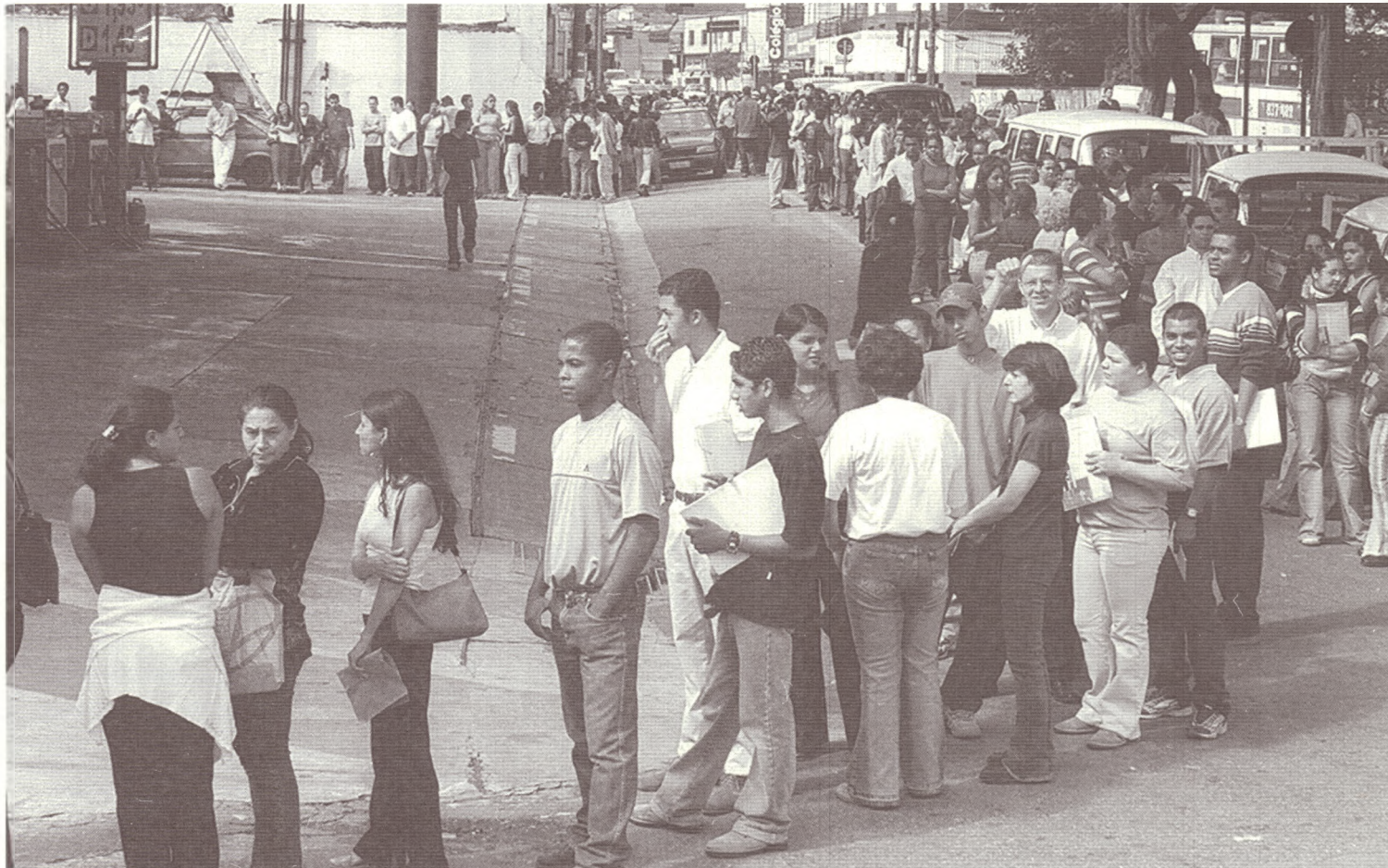
Estes elementos – estabilidade e equilíbrio fiscal – serão considerados os centrais para os desafios de governar o país e colocá-lo no rumo do desenvolvimento. São os elementos escolhidos para que através deles o partido referenda a política econômica e todas as demais ações que são meras decorrências dela (juros altos, elevado superávit primário, liberdade ao fluxo de capitais).

Ao mesmo tempo, não há um conceito preciso do que vem a ser a "estabilidade" ou "equilíbrio", e tampouco estes são tratados dentro de determinados contextos ou momentos históricos. Pior, fica subjacente ao documento que qualquer alternativa ou questionamento da política do governo será um ataque a estes dois "pilares".

Longe da realidade do Brasil

No entanto, em termos da economia brasileira, o que são 'estabilidade' e 'equilíbrio'? Ou ainda, onde está a fronteira com a 'instabilidade' e o 'desequilíbrio'? Esta discussão pode ficar mais bem compreendida se a questão da 'estabilidade' for relacionada com as taxas de inflação e o 'equilíbrio fiscal' com o superávit primário.

A política de 'metas de inflação', fixada na casa dos 5%, é um dos pilares da política econômica vigente. Para atingi-la, o governo se utiliza principalmente da taxa de juros (SELIC). Quanto maior esta, menor deverá ser a inflação. Só que quanto mais os juros são elevados, menor é a produção e o emprego, e menos o país cresce. Ao



A perder de vista. Fila para vagas em supermercado evidencia nível de desemprego, decorrência da política econômica.

Herança maldita, ma non troppo

Medida provisória. Crítica à dependência desaparece ao justificar a política econômica.

No documento, a dependência e a subordinação ao capital internacional e aos movimentos deste, via os "mercados", são reconhecidos quando da crítica ao governo FHC, no (bom) diagnóstico dos resultados do governo anterior. "Ao final de seus dois mandatos, o país tornou-se muito mais vulnerável e dependente do capital externo, com acentuada perda de autonomia na formulação e manejo de sua política econômica."

A crítica aparece também ao avaliar o cenário em que o governo Lula encontrou o país: "no centro desse processo está a dependência e subordinação que se estabelece entre os mercados financeiros – daqui e de

fora – e a estabilidade econômica, que é um conceito mais abrangente que a estabilidade dos preços internos, expressa nos índices de inflação. A capacidade dos agentes financeiros de desestabilizar a economia – dada sua vulnerabilidade e a liberdade irrestrita de movimentação do capital – pende permanentemente (...) sobre o país, condicionando as decisões de política econômica em suas diversas esferas."

A descrição dos resultados do modelo de estabilização do período FHC até poderia induzir que o documento fosse propor uma política econômica distinta da anterior. Mas não é o que se verificará.

Isto é evidenciado quando, diante dos elementos centrais da política econômica, o texto afirma que "este conceito de solidez econômica supera os limites que aprisionaram o Brasil sob o governo anterior", como se os resultados "positivos" da política econômica (em aspectos centrais, contínua ao último governo FHC) resolvessem o problema da subordinação brasileira aos capitais internacionais. Curioso é que aspectos de descontinuidade que poderiam ser articulados para contribuir na formulação de uma nova abordagem econômica sejam diluídos e "abafados" pela visão monetarista.

Enfim, a "dependência" é tratada pragmaticamente, fora de um contexto estrutural ou de longo prazo. Ao longo das formulações, este elemento vital perde relevância. O enfrentamento da "dependência" será reduzido às duas questões centrais do documento: *estabilidade e equilíbrio fiscal*.

Ao fim, e com certa coerência, não há referências às ações em curso no governo que aumentam a dependência do capital financeiro e que aprofundam a desregulamentação e abertura ao exterior, como a maior abertura promovida na conta de capitais e a autonomia efetivamente conferida (mesmo que sem lei) ao Banco Central.

mesmo tempo, mais o país paga de juros da dívida interna.

Já o superávit primário é uma diferença que deve sobrar entre tudo o que o governo arrecada e gasta, para então, pagar os juros da dívida. Assim, quanto maior o superávit, mais o governo pode pagar de juros. O objetivo é reduzir o volume do endividamento público (relação dívida/PIB). Porém, ao mesmo tempo, menos o governo gasta em saúde, educação, reforma agrária e nos investimentos essenciais para o crescimento econômico.

Assim, 'estabilidade' e 'equilíbrio fiscal' são medidos pela menor taxa possível de inflação e pela maior taxa de superávit primário (entre outros elemen-

tos). Só que o remédio para inflação baixa tem sido, via de regra, os juros altos. Que por sua vez, exigem maior superávit primário. E ambos implicam em menos investimento, menos emprego e menos renda para o país. Por isso esta política econômica pode ser considerada de 'freio ao crescimento', e ainda sempre dependente das instabilidades externas e dos humores do mercado.

Contradições

Como então, pode-se aceitar que, com estas opções centrais, "a agenda do desenvolvimento colocou-se no centro das preocupações e das ações do governo"? E volta a questão: qual o limite de inflação para definir 'instabilidade'?

Há que se lembrar que o Brasil historicamente conviveu com taxas de inflação superiores às buscadas pelo governo. Nem por isto, a inflação esteve sempre em descontrole ou o país deixou de crescer. Quanto ao superávit primário, é bom lembrar que a política econômica em 2004 fez com que os gastos do governo, sem o pagamento de juros, fossem R\$ 81 bilhões a menos do que a arrecadação total. Para efeitos de comparação, a aplicação – que foi recorde – de crédito para a Agricultura Familiar no último ano foi de R\$ 7 bilhões.

A ênfase no rigor aos gastos do governo também está diretamente ligada à questão da arrecadação, dos tributos, mas está

completamente ausente do documento qualquer referência à progressividade dos tributos ou mesmo à tributação das grandes fortunas. Não se trata de aceitar, como quer construir a argumentação do documento, que qualquer alternativa a política econômica queira levar o país para 'instabilidades' e 'desequilíbrios', ou, ao que destes pode supor-se decorrer, desordens e anarquia (sic). Mas trata-se aqui de questionar a ênfase e a necessidade de assumir incondicionalmente tais postulados e sua política econômica decorrente. Da forma colocada, somente um Conclave, em Roma, poderia discutir uma alternativa a tais dogmas.

Sérgio Kapron é economista e assessor técnico da bancada do PT na Assembleia Legislativa do RS.

Marcos internacionais na disputa de rumos do PT

Conferência DS. Debate sobre América Latina foi destaque no encontro em São Paulo.

A disputa de rumos do PT inclui, além da democracia interna e da defesa do programa histórico do partido, uma dimensão internacionalista. A Conferência da DS procurou inserir a dinâmica política brasileira naquela que se desenvolve na América Latina. Aqui um resumo dessa contribuição.

O período atual da luta de classes na América Latina deve ser compreendido como o de abertura da possibilidade de transição entre uma fase anterior, marcada pelo domínio incontestável do neoliberalismo, e a construção de um outro cenário, no qual o neoliberalismo seja superado como paradigma.

Não há automatismo entre a crise do neoliberalismo e sua superação. Iniciou-se um processo de reorganização programática das esquerdas, mas sem sínteses legitimadas. O processo dos Fóruns Sociais Mundiais; as vitórias político-eleitorais na América Latina contra forças neoliberais; a construção de redes e campanhas de mobilização continental de claro sentido antiimperialista; as fortes mobilizações sociais em diversos países em defesa da água, de serviços públicos, da economia camponesa e indígena, contra as privatizações e o crescimento da esquerda em vários processos nacionais são indicadores de uma retomada da capacidade de iniciativa política popular, mas até agora não resultaram em processos amplos de clara superação do paradigma neoliberal. O grande desafio já não é mais apenas apontar que "outro mundo é possível", idéia síntese do período de resistência, mas também "qual outro mundo é possível".

Se é necessária a compreensão da crise de legitimidade do neoliberalismo, é também imprescindível combater os riscos do pragmatismo, da conformação dos horizontes utópicos a um capitalismo pretensamente reformável, da esterilização de forças emancipatórias pela integração à ordem estatal burguesa ou de mercado. Estes riscos são centrais para partidos do socialismo que tenham chegado ao governo central de seus países, como o PT.

O combate à adaptação ou integração à ordem burguesa exige uma resposta histórica, tendo por base a tradição socialista revolucionária, que é o desafio de avançar na construção de uma transição democrática ao socialismo, em regime de pluralismo, de democracia participativa, de progressiva superação da lógica mercantil privatista e em relação dialética com um processo de transformação da ordem mundial dominante.



Ampla e plural. Estiveram presentes 145 delegados de 16 estados, representando 2200 militantes.

Conferência reúne militantes de 16 estados

D'além mar. Companheiros do Bloco de Esquerda participaram como convidados.

A conferência extraordinária da Democracia Socialista terminou no dia 24 de abril, com um resultado muito positivo. Os quatro dias de debates resultaram em consensos importantes, entre eles, por aclamação, o nome de Raul Pont como candidato a presidente nacional do PT.

Depois da primeira noite de abertura e aprovação do regimento, o segundo dia começou com a aprovação da tese guia

da Conferência, o texto apresentado pela Coordenação Nacional. Na sequência vieram os debates sobre América Latina e Brasil. No sábado de manhã, discutiu-se a situação do PT e da DS. O sentido foi atualizar os termos da disputa de rumos do partido e do governo e de afirmação do papel da DS como tendência do PT. Logo em seguida, vieram os debates sobre as reformas política e universitária. No domingo, aconteceu o

debate de reforma sindical e a votação das emendas.

Na sua maior conferência nacional, a participação dos militantes foi expressiva, com 145 delegados de 16 estados, incluindo o DF, representando cerca de 2200 militantes em dia com suas contribuições financeiras e com participação no processo preparatório.

Além das companheiras e companheiros da DS, estiveram presentes convidados na-

cionais e internacionais: companheiros das correntes do PT Alternativa Socialista (MG), Ação Popular Socialista, Articulação de Esquerda, Fórum Socialista, Coletivo Socialista e Democrático (Campinas) e Movimento Socialista (SC); Francisco Louçã e Jorge Costa, ambos do Bloco de Esquerda de Portugal e da IV Internacional; e Aldo Gilli e Humberto Ramirez, do Partido Socialista dos Trabalhadores, do Uruguai.

Os campos de ação

A etapa atual da luta contra o neoliberalismo permite e cobra ações internacionalistas em três campos combinados.

O primeiro campo baseia-se na análise de que o período atual continua a ser marcado pelo fato dos EUA não terem capacidade para exercer sozinhos a liderança imperial como no período 45-70. Este unilateralismo provoca fissuras na ordem internacional, abrindo brechas para disputas políticas em torno à construção de uma nova agenda mundial, alternativa às dinâmicas combinadas do capital financeiro e do militarismo.

A recusa à participação na guerra contra o Iraque, a busca de alianças com outros países periféricos semi-industrializados para intervir nas negociações comerciais em posição de força, as iniciativas para formar um bloco econômico regional alternativo à ALCA proposta pelo governo

dos Estados Unidos, são algumas das ações impulsionadas pelo governo Lula neste campo que apontam no rumo certo e que devemos pressionar para que sejam aprofundadas.

O segundo campo baseia-se na identificação de uma conjuntura nova na América Latina, com vitórias de forças de esquerda, ou progressistas, como sinais evidentes da crise dos projetos neoliberais. Passou-se de um período, típico dos anos noventa, em que os governos da América Latina disputavam a primazia das relações com os EUA, para outro em que o projeto Alca vive um impasse e abre-se amplas possibilidades de avanço em relação ao projeto Mercosul ampliado para toda a América do Sul. Talvez não tenha existido nenhuma conjuntura tão propícia a avanços no conjunto da América Latina.

A experiência Allende já se deu em um contexto de quase

isolamento no continente no início da década de 70. A dinâmica revolucionária centro-americana nos anos 1980 tinha limites sócio-econômicos muito fortes. E aqui é evidente o papel central jogado pelo Brasil. Uma dinâmica de unidade continental certamente cria melhores condições para processos nacionais de transição do paradigma neoliberal, que já estão postos na agenda de países do continente.

Um terceiro campo de protagonismo está na continuidade e avanço do Fórum Social Mundial, garantindo uma forte interação com as redes continentais que têm se estruturado nos últimos anos na América Latina para resistir à ALCA e construir alternativas ao "livre comércio", para articular a luta sindical na região, para lançar campanhas contra a opressão patriarcal e em outras áreas. O cenário mais propício para po-

tencializar a recomposição das esquerdas na nossa região são as campanhas e mobilizações continentais e nacionais contra os principais pilares da ordem neoliberal.

Desde 1997, foram derrubados governos neoliberais pela força das mobilizações populares – no Equador, Bolívia e Argentina. Em 1998, a eleição de Hugo Chávez na Venezuela abriu uma sequência de vitórias eleitorais de candidaturas que questionavam – ainda que em grau diferenciado – a agenda neoliberal e a política imperial norte-americana. A mais recente foi a de Tabaré Vazquez no Uruguai. O fato de esses processos manterem estreitos vínculos com o cubano é fundamental. Esses elementos indicam que na América Latina abriu-se uma "janela", uma brecha de contestação mais ampla à "ordem" que o governo Bush quer impor ao continente.

Raul Pont para a presidência do PT

A Democracia Socialista apresenta Raul Pont como candidato à presidência nacional do PT. Essa iniciativa busca contribuir para unificar a esquerda partidária e expressar a melhor síntese possível das elaborações críticas dentro dos marcos simultâneos da defesa do PT como partido socialista e democrático e do seu programa, construído nos seus encontros, como referência para a ação governamental e para alianças.

Nessa entrevista, Raul enfatiza uma plataforma política que preza o fortalecimento do partido, sua autonomia frente ao governo e a luta pelas bandeiras históricas, com destaque para a democracia participativa e uma nova política econômica.



Qual o seu balanço do PT hoje?

O principal problema do partido hoje é sua perda de identidade e de nitidez política, que foi o que nos fez, ao longo de duas décadas, o maior partido do país em representação política legislativa individual e nos levou à conquista da Presidência da República. Essa perda decorre de algumas razões evidentes, como o rebaixamento programático após a vitória eleitoral e a subordinação do partido a uma lógica de governo.

A maioria da direção partidária, ao não manter a necessária autonomia em relação ao governo, subordina o PT a uma condição de refém de uma ampla frente política que vai além do centro. Outra grave consequência dessa governabilidade via alianças no Congresso é que abdicamos de criar os necessários mecanismos de democracia participativa, sem os quais um partido como o nosso se esvai e entra em crise.

Essa estratégia até agora só colheu derrotas e vem paralisando o governo e desmobilizando o partido. Acredito que dá para mudar. O Partido quer retomar seu programa e seus compromissos. Isso começa com a participação popular e com o protagonismo do partido frente ao governo. Esse é o caminho mais seguro para vencermos em 2006.

É viável uma alternativa baseada na participação popular?

É claro que é viável. Não se trata aqui de especulações ou sonhos, mas de experiências vividas. O mais rico das nossas administrações municipais e algumas estaduais foi governar na adversidade, sem maioria nos

Apostamos firmemente na governabilidade que nos dá a democracia direta, com a participação da população.

legislativos. E provamos que isso é possível, sem abdicar de alianças e sem desconsiderar o parlamento.

Apostamos firmemente na governabilidade que nos dá a democracia direta, com a participação da população através de instrumentos de decisão sobre as políticas públicas, tais como o Orçamento Participativo, os conselhos setoriais, os congressos e fóruns de decisão. Neles, o Executivo devolve à população a soberania popular de decidir o gasto público. Nada impede ter essa ousadia e essas iniciativas no presidencialismo.

Por outro lado, não há justificativa plausível para a atual política de juros e a condução econômica do país. Centenas de economistas do campo popular e socialista reafirmam isso. Se o problema é a inflação, por que não há o mesmo rigor com os preços das tarifas e bens de uso público como telefonia e energia elétrica? A telefonia, por exemplo, já reajustou suas tarifas em mais de 4.000%. Meia dúzia de oligopólios controlam as grandes cadeias de distribuição de gêneros de primeira necessidade, e os medicamentos e os serviços tornaram insuportável a vida para mais de 85% dos brasileiros que vivem nas áreas urbanas. Isso tudo é tão inflacionário quanto os juros, que no Brasil são agiotagem escancarada.

Qual o papel do partido?

Vamos equilibrar essas questões. Vamos garantir que o Partido cumpra o seu papel de defesa do governo sem perder sua capacidade crítica, sem perder a relação ou se afastar dos movimentos sociais. Deles nascemos e deles sempre retiramos nossa força e capacidade de crescimento.

Não perder a identidade é também não perder a ética e rigor nas relações de governo e nas alianças. Não pode haver política de alianças que nos torne pragmáticos e relativistas frente a tudo aquilo que sempre combatemos, que nos torne complacentes ou omissos frente à corrupção, ao tráfico de influências ou ao enriquecimento ilícito.

Manter nossa identidade é retomar e ter ousadia de fazer avançar um programa que pense um país grande, que cresça e distribua renda e que produza o verdadeiro enfrentamento à desigualdade social. Isso significa jornada de 40 horas, emprego em larga escala, recuperação acelerada do poder de compra dos trabalhadores e dos aposentados e prioridade para a pequena e média produção no campo e na cidade. Significa, também, romper com a ideologia neoliberal e sacudir esse discurso surrado do mercado todo poderoso e do Estado reparador de "falhas" do mercado. Nós sabemos que isso é falso e não

tem nenhuma base na nossa histórica econômica.

Todos nossos ciclos de crescimento econômico duradouros tiveram a presença e o papel indutor do Estado e a clara consciência de que o Estado nacional não desapareceu. Essa referência é cada vez mais necessária se quisermos romper com a dominação imperial e construir a unidade dos iguais entre os subdesenvolvidos da América do Sul e do Caribe e com as demais nações oprimidas do mundo.

Essas são as idéias que permitem recuperar identidade e mostrarmos ao país que a caminhada é dura, difícil, mas que é possível vencer de novo em 2006 com os 53 milhões que acreditaram e confiaram em nós em 2002. Aí, seguramente, não estavam os "aliados" do centro-direita, muito menos os inimigos encastelados no PSDB e PFL.

Você tem comentado muito sobre a necessidade de reforma política. Qual a sua importância?

Esse é um bom exemplo sobre o que falávamos sobre iniciativa política. É uma questão urgente e imperiosa para uma verdadeira democracia. Sobre ela, inclusive, penso que temos uma boa coesão partidária. Afinal, nós já vivemos na carne e sabemos que não dá para ter um presidencialismo que permita à esquerda vencer as eleições e não governar. É um absurdo ter 53 milhões de votos e

O mais rico das nossas administrações foi governar na adversidade, sem maioria.

não eleger nem 20% da Câmara Federal. E isso é resultado do anacrônico voto nominal, de um sistema partidário permissivo, fisiológico e sem ética – mais de 190 deputados já mudaram de partido em dois anos e meio de mandato –, da falta de proporcionalidade idêntica para todo o país na representação da cidadania na Câmara Federal, entre outras questões.

O presidente José Genoíno disse à imprensa que "nem os aliados concordam com a reforma" e que o governo já recuava de suas pretensões. Isso é mais uma prova de que essas alianças não nos interessam, são contra nós. Ganharíamos muito mais fazendo uma grande campanha de esclarecimento público, de educação para a cidadania, de por que a reforma é necessária, organizando um grande movimento para pressionar o Congresso, do que ficando reféns daquilo que os "aliados" gostam ou não gostam.

Tenho certeza que estariam conosco as forças populares, os sindicatos, as igrejas progressistas e a opinião pública que clama por ética na política. Mesmo que não alcançássemos uma vitória expressiva ou até não aprovássemos o necessário, a experiência vivida, as forças acumuladas e a nitidez para toda a sociedade de "quem era quem" no processo já seriam um grande ganho e um avanço para nossos embates.

Manter nossa identidade é fazer avançar um programa que pense um país grande, que cresça e distribua renda e que produza o verdadeiro enfrentamento à desigualdade social.

Em Tempo, 27 anos depois

Instrumento militante. História do periódico está ligada à criação da Democracia Socialista.

O **Em Tempo** foi herdeiro das experiências jornalísticas que a oposição ao regime militar viveu nos anos 70, ao tentar criar mecanismos de garantia de espaços de imprensa alternativa. O objetivo era possibilitar um mínimo de referência para um país continental, que vivia sob uma repressão extremamente forte.

A primeira experiência apareceria em 1972, quando alguns empresários do campo nacionalista e democrático, como Fernando Gasparian, com forte relação com o Cebrap (que tinha FHC como um de seus diretores), lançaram o Opinião. Era um jornal de resistência democrática, contra o regime militar.

A edição do jornal, a cargo de Raimundo Pereira, cumpriu esse papel de pioneirismo, de precedente, de ruptura com o autoritarismo vigente. Mas o jornal, do ponto de vista programático e ideológico, tinha limites. Dada sua sustentação, tinha no horizonte a defesa da democracia sem compromissos que visassem aglutinar setores populares. O jornal valia pelo combate à censura, pela informação nacional e internacional que não era encontrada na grande imprensa. A resistência democrática pressupunha, também, um grau de permanente disputa com o autoritarismo do regime.

O Movimento

Esses limites e a própria disputa interna sobre os rumos, além do ressurgimento – a partir de 1974 e 1975 – de alguns movimentos sociais, levaram Raimundo Pereira a animar e organizar um outro periódico nacional. O jornal O Movimento tinha um caráter mais claramente oposicionista e popular. Voltado para as disputas nacionais, diminuía a cobertura analítica internacional de longos artigos, que davam um ar elitista e acadêmico ao Opinião. Com essa característica, noticiava mais os acontecimentos contestatórios e as lutas e reivindicações dos movimentos populares e estudantes que pipocaram em vários cantos do país.

A novidade desse periódico era que estava mais assentado na contribuição militante e voluntária, espalhada em várias capitais, o que lhe dava um caráter não só de jornal, mas de um instrumento nacional de contato e organização. Nesse momento, a existência de correntes mais progressistas dentro do MDB se mesclava com a reorganização da esquerda que havia resistido ao período mais duro do regime militar, já com incidência em alguns movimentos de massa.



A mesma luta. O número zero do Em Tempo, em 1977, e a primeira edição da Democracia Socialista, em 2004.

O Movimento, com suas várias sucursais, e já com alguma heterogeneidade política, abriu um grande debate interno sobre a adequação da linha editorial do jornal frente à nova conjuntura e às novas tarefas que se colocavam para a esquerda. Mesmo oposicionista, era evidente que o Movimento não queria perder os seus vínculos com a frente oposicionista no MDB, e insistia em algumas velhas teses da esquerda na relação com setores militares nacionalistas e em uma busca de aliados de setores burgueses que estivessem críticos ao regime e defendessem um outro projeto de desenvolvimento nacional.

Surge o Em Tempo

Foi desse debate e de uma ruptura por uma nova linha editorial, de um jornal de esquerda, de caráter nacional, que nasceu o Em Tempo. A partir da sucursal de Minas Gerais e de vários colaboradores que o jornal Movimento tinha em São Paulo, como Bernardo Kucinski, Chico Oliveira e Maria Rita Kehl, iniciou-se um debate sobre um novo jornal em várias outras capitais, como Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Porto Alegre.

O Em Tempo teve seu número zero lançado em novembro de 1977, com a idéia de colocar na ordem do dia a luta e a propaganda do socialismo e fazer do jornal um instrumento de enlace e troca de experiência

dessas correntes que defendiam a necessidade da organização independente dos trabalhadores. A estruturação do jornal partia dessa frente jornalística e de militantes, onde a sustentação material dava-se pela aquisição de cotas de participação.

Desde a escolha do nome e as primeiras edições que foram às ruas, a frente jornalística era um permanente tensionamento, pois o peso desigual de algumas correntes nas várias sucursais tornava a disputa editorial e a orientação de cada artigo ou matéria uma permanente disputa de concepções, de táticas e estratégias dos protagonistas do projeto.

Aos poucos, mais que as divergências políticas de linha, foram os compromissos e a seriedade na sustentação do projeto que começaram a garantir um núcleo de efetiva direção para o jornal. As sucursais de Belo Horizonte, Porto Alegre e São Paulo, a partir da ida de vários membros da sucursal de BH para SP, constituíram um núcleo de maior sustentação do jornal.

Num determinado momento, a maioria do Conselho Editorial chegou decidir pela suspensão temporária do projeto para rediscutir e reorganizar o jornal. A minoria, defendendo que a suspensão temporária significaria a morte do projeto, não concordou com a posição do Conselho Editorial e mante-

Democracia Socialista

EM TEMPO Ano I, Nº 1, Abril de 2004

Mudar a economia, mudar o país

Governo Lula. Balanço de 2003 mostra caráter anti-popular da política econômica.



Bandeira de luta. A esperança do rompimento com o FMI em festa estendida durante comício de 2002.

As mudanças para 2005 dependem de reorganização da metodologia desde já.

Muito trabalho na bagagem de Mumbai

Trabalho pesado de preparação para o encontro em Mumbai, Índia, confirma a necessidade de uma nova metodologia de trabalho. O desafio de refletir em todo o governo e em todo o movimento municipalista. Frente a essa situação, o PT começa a retomar uma postura autônoma, essencial para o desenvolvimento de uma política econômica. Ela reflete e amplia a ressonância da posição da Democracia Socialista e de setores do PT que insistem na mudança do modelo econômico como condição para superar a desigualdade que entorpece a sociedade brasileira.

A queda de Frota

Conversa de pelego O sonho não acabou Michel Frank & Cia.

Reforma sindical

Proposta inclui organização por locais de trabalho e muda imposto, mas não garante estabilidade

Em eleições municipais de outubro, o PT luta para alcançar um fôlego melhor: o quinto mandato consecutivo à frente da Prefeitura de Porto Alegre. Em entrevista exclusiva à Democracia Socialista, Raul Pont, atual deputado estadual no Rio Grande do Sul, fala das relevâncias petistas, como a democracia direta. Nosso programa revivifica a herança dos 16 anos, esse acúmulo quanto à forma de governar, comenta o candidato a prefeita Ileani

ve o jornal na rua. A partir daí, a frente jornalística, como estava pensada, desmoronou.

Caráter petista

Algumas sucursais acabaram desgarrando do projeto por descomprometimento com as cotas e sustentação material e financeira. O permanente tensionamento político mostrava que era insustentável manter a produção jornalística sem que houvesse uma hegemonia mais consolidada que desse confiança e tranquilidade ao conjunto de colaboradores a partir da sede em São Paulo.

O surgimento do movimento pró-PT, ainda no primeiro ano de vida do Em Tempo, completou as mudanças e a identidade dos grupos que compunham a frente jornalística com o projeto. A identificação majoritária com o movimento pró-PT levou algumas pessoas, que não compartilhavam dessa visão e que já estavam engajadas em outros projetos partidários, a se afastarem do jornal. O grupo já existente incorporou-se na construção do Partido dos Trabalhadores defendendo-o como um partido classista, anti-capitalista, democrático, baseado em organizações de base (núcleos), com direito de tendência e respeito à proporcionalidade.

Estas alterações, aos poucos, deram outro caráter ao jornal. Reduziu-se a pretensão de uma cobertura mais nacio-

nal, houve mudanças nos responsáveis pela edição. Não foi mais possível manter a sua periodicidade semanal e o Em Tempo transformava-se em um jornal mensal, sujeito aos limites e possibilidades de um veículo com esta periodicidade e mais dependente do trabalho voluntário.

A formação da Democracia Socialista – tendência interna do PT – está intimamente ligada a esse processo. A participação no projeto do Em Tempo de grupos de Belo Horizonte e Porto Alegre e o engajamento de outros núcleos ao projeto foram consolidando um grau de coesão e confiança, que levou a uma organicidade política que sustentava o projeto e se realimentava por meio dele. A identificação posterior com o engajamento editorial na defesa da construção do Partido dos Trabalhadores consolidou uma hegemonia que o jornal mantém até hoje, expressando-se como órgão da Democracia Socialista.

A partir da VII Conferência Nacional da Democracia Socialista, em 2003, o jornal passou a adotar o nome **Democracia Socialista-Em Tempo**, tendo seu número inicial lançado em abril de 2004, que corresponderia à edição de número 330 do Em Tempo. A partir da presente edição, faremos constar da capa a seqüência numérica correspondente à série Em Tempo.

A esquerda mais forte em Portugal

Entrevista Chico Louçã

As eleições que aconteceram em Portugal em fevereiro deste ano confirmaram a tendência de crescimento da esquerda. O Bloco de Esquerda alcançou 6,5% da votação, e ficou em terceiro lugar nas principais cidades, atrás apenas do principal partido da direita e do Partido Socialista, que venceu as eleições e voltou ao poder. Um dos líderes desse crescimento foi Chico Louçã, eleito novamente deputado pelo Bloco. Louçã esteve no Brasil para acompanhar a Conferência Extraordinária da Democracia Socialista e, nessa entrevista, comenta o crescimento da esquerda em Portugal, fala sobre a Constituição Européia, e analisa a polarização com o Partido Socialista.

Como você resumiria hoje o cenário político europeu?

A política europeia está muito marcada por duas questões, uma social e uma política. A questão social é que a Europa viveu uma recessão econômica muito forte em 2003 e 2004, e a recuperação é muito lenta e desequilibrada. Houve um problema muito grave de desemprego no mesmo momento em que as políticas liberais dos principais governos europeus tendem a reduzir a proteção social, e em que a transformação tecnológica torna esse desemprego permanente. Soma-se a isso o problema relacionado à população imigrante ilegal, que vem dos países do leste, da África e da América Latina, trabalhadores muito explorados, utilizados para reduzir o custo da mão-de-obra por conta da situação de ilegalidade em que se encontram.

Há depois um problema político, que é a Constituição Européia. É uma Constituição que não foi elaborada por meio de um processo constituinte, mas por uma comissão nomeada pelos governos, e que tem, portanto, um enorme déficit democrático. Ela procura condensar todos os tratados anteriores da União Européia, blindando do ponto de vista constitucional as políticas liberais e determinando, por exemplo, a autonomia do Banco Central europeu e a prioridade ao combate à inflação, em prejuízo do crescimento, do desenvolvimento e do emprego.

Nesse cenário, a França é o primeiro país que acena com a possibi-



Karol Kalaf

A Constituição Européia tem um enorme déficit democrático.

idade de votar "Não" à Constituição. Há realmente a possibilidade de derrotar o texto?

Eu estive há poucos dias num comício na França organizado pela LCR, com representantes da Fundação Comunista Italiana, da Fundação Copérnico, de vários partidos. Dias depois realizou-se um comício conjunto do Partido Comunista, da LCR, da esquerda socialista — que no partido socialista francês defende o Não, e é quase metade do Partido Socialista — e o que encontrei foi uma rede num debate muito politizado e muito informado, em que o Não "à esquerda" consegue tornar-se dominante na sociedade. As sondagens indicam uma possibilidade da vitória do Não, mas isso veremos no final do mês [o referendo está previsto para 29 de maio].

De fato, a França é o primeiro país, mas outros podem vir a recusar também, como a Inglaterra e a Dinamarca. A Constituição Européia ficará numa situação muito difícil se a França ou outro grande país rejeitar o tratado.

Em Portugal, esse referendo será em outubro. Como você avalia o quadro lá?

Em Portugal, é provável que o Sim à constituição possa vencer, tal qual noutros países europeus que aderiram mais recentemente. Portugal aderiu em

1986, como a Espanha, e como era um país mais pobre, beneficiou-se muito de subsídios financeiros e de apoios que criaram uma visão de uma Europa amiga. Para grande parte da população portuguesa, a Europa foi vista como uma etapa da modernização de um país que acabava de sair de uma ditadura, e portanto como consolidação da democracia também.

Apesar de tudo, as opiniões críticas crescem bastante no movimento sindical, porque os direitos dos trabalhadores não são reconhecidos. A Constituição Européia não dá um texto constitucional ao direito à greve, desvaloriza a contratação coletiva, tem uma visão muito liberal e anti-contratualista do ponto de vista dos direitos.

Em Portugal, o Bloco de Esquerda conseguiu ocupar um espaço importante a partir das últimas eleições, com cerca de 6,5% dos votos, chegando a 10% nas grandes cidades. Em que contexto se deu esse crescimento?

A eleição legislativa, da qual decorre o governo, ocorreu em 20 de fevereiro, e se deu depois de três anos de um governo de extrema direita, muito liberal e agressivo em relação ao movimento popular. O contexto político das eleições era saber se haveria situacionismo ou mudança em relação a esse governo, o que motivou um forte debate político sobre orientação. Aliás, houve uma greve geral do movimento sindical, o que não havia em Portugal desde 1983. A consequência foi que a direita perdeu as eleições e o Partido Socialista ganhou.

A esquerda em Portugal tem três grandes correntes: o velho Partido Comunista, que representa a história do movimento popular em Portugal, o Bloco de Esquerda, hoje segunda força na esquerda, e o Partido Socialista, que é o partido do governo. Esse é um partido que tem uma política liberal do ponto de vista econômico, algumas políticas sociais em relação à pobreza e à exclusão e que, nas questões políticas, alterna posições com mais convergência à direita ou à esquerda.

O Bloco de Esquerda teve 6,5%, com votação expressiva nas capitais e nas cidades mais importantes. Foi o terceiro partido em votação jovem e, além disso, contou com uma votação popular muito forte. O Bloco de Esquerda tinha três deputados, passou a ter oito deputados. Assim, ficou expressa uma mudança no campo político da esquerda em Portugal.

Como tem sido possível demarcar uma posição de esquerda frente a um partido socialista que adotou uma política liberal, como você descreveu?

Isso evidentemente é uma questão tática. O Bloco construiu uma polarização forte, porque teve uma intervenção enérgica contra o governo de direita, e durante essa intervenção promoveu sempre a convergência da esquerda, ou seja, a unidade na luta contra as medidas liberais do governo.

Em particular, durante esse período, houve a guerra do Iraque, e o governo português foi um dos grandes apoiadores. O Bloco promoveu uma coligação de toda a esquerda, e até de

Neste momento, há 10% de desempregados, e apenas dois de cada cinco trabalhadores portugueses têm contrato efetivo

centro e de direita, dos que eram contra a guerra, e ganhou protagonismo, tanto na política social e econômica como na questão da luta contra a guerra. Isso permitiu-nos chegar no período eleitoral e afirmar que a escolha do eleitor de esquerda era entre o Partido Socialista e suas propostas pró-governo ou as propostas que o Bloco fazia.

Hoje Portugal tem cerca de 10% de desempregados, mas é um desemprego de longa duração. Além disso, o país tem alta taxa de emprego precário, ou seja, de emprego que não é contratualizado, que depende de recibo mensal, de contratos de curto prazo. Neste momento, talvez apenas dois de cada cinco trabalhadores portugueses tenham contrato efetivo.

Apresentamos então um programa de 17 medidas sobre emprego e formação profissional, incluindo programas de ocupação para o desempregado de longa duração e a introdução da questão de gênero na política de emprego. Tudo isso com calendário e orçamento rigorosos, o que permitia perceber que a escolha era entre a política ambígua e indefinida do Partido Socialista ou uma política combativa, concreta, muito alternativa e positiva.